

REENERGISA GERAÇÃO
FOTOVOLTAICA II S/A

RESULTADOS
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	9.805	8.054
Clientes	5	1.119	1.105
Adiantamentos a fornecedores	6	73	73
Tributos a recuperar	7	27	9
Outros créditos		33	31
Total do circulante		11.057	9.272
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	7	236	51
		236	51
Imobilizado	9	11.879	12.461
Intangível	10	338	353
Total do não circulante		12.453	12.865
Total do ativo		23.510	22.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	21	32
Impostos e contribuições sociais	14	280	198
Dividendos e Juros sobre capital próprio		950	680
Passivos de Arrendamentos	13	23	45
Outros passivos		157	130
Total do circulante		1.431	1.085
Não circulante			
Passivos de Arrendamentos	13	340	322
Total do não circulante		340	322
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	17.414	8.751
Reserva Legal	15.2	400	200
Reserva especial de dividendos	15.3	1.075	1.075
Dividendos adicionais propostos	15.4	2.850	2.041
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	8.663
Total do patrimônio líquido		21.739	20.730
Total do passivo e patrimônio líquido		23.510	22.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	4.642	4.410
Custo dos serviços prestados	17	(651)	(709)
Lucro bruto		3.991	3.701
Despesas gerais e administrativas	17	1	(96)
Outras despesas		-	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		3.992	3.599
Receitas financeiras	18	865	208
Despesas financeiras	18	(80)	(397)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		785	(189)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		4.777	3.410
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(777)	(456)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	-	(89)
Lucro do exercício		4.000	2.865
Lucro básico e diluído por ações - R\$	19	0,42	0,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro do exercício	19	4.000	2.865
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		4.000	2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros - reserva legal	Reserva especial de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	7.104	57	1.075	-	-	1.647	9.883
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 14/05/2024	1.647	-	-	-	-	(1.647)	-
Lucro do exercício	19	-	-	-	2.865	-	2.865
Proposta de destinação do lucro:							
Reserva legal	15.2	143	-	-	(143)	-	-
Dividendos	15.4	-	-	-	(681)	-	(681)
Dividendos adicionais propostos	15.4	-	-	2.041	(2.041)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	-	8.663	8.663
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.751	200	1.075	2.041	-	8.663	20.730
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 29/04/2025	8.663	-	-	-	-	(8.663)	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(2.041)	-	-	(2.041)
Lucro do exercício	19	-	-	-	4.000	-	4.000
Proposta de destinação do lucro:							
Reserva legal	15.2	200	-	-	(200)	-	-
Dividendos	15.4	-	-	-	(950)	-	(950)
Dividendos adicionais propostos	15.4	-	-	2.850	(2.850)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.414	400	1.075	2.850	-	-	21.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16	4.818	4.577
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(53)	(150)
Materiais e serviços de terceiros	17	(6)	(100)
Outros custos operacionais	17	(47)	(50)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	17	(597)	(632)
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	865	208
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		953	712
Estaduais		4	6
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	18	80	397
Aluguéis		(4)	23
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	15.4	3.800	2.722
Luros retidos		200	143
		5.033	4.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro do exercício	19	4.000	2.865
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(818)	107
Depreciação	17	597	632
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	777	545
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		332	3.482
Tributos a recuperar		(203)	(45)
Outros créditos		(348)	(349)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(11)	6
Impostos e contribuições sociais		22	(362)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(717)	(113)
Outras contas a pagar		27	4
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		3.658	6.772
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados	20	865	208
Aplicações no imobilizado e intangível	9 e 10	-	(29)
Alienação de bens do imobilizado	9	-	25
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		865	204
Atividade de financiamento			
Pagamento de principal - Debêntures		-	(7.831)
Pagamento de juros - Debêntures		-	(179)
Pagamento de dividendos		(2.721)	(1)
Adiantamento futuro aumento de capital		-	8.663
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(51)	(26)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(2.772)	626
Variação líquida do caixa		1.751	7.602
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	8.054	452
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	9.805	8.054
Variação líquida do caixa		1.751	7.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reenergisa Geração Fotovoltaica II S.A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica II (“Companhia” ou “Reenergisa II”), sociedade anônima de capital fechado, possui sede na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, e tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS – Accounting Standards” emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 – Clientes;
- II. Nota explicativa nº 9 – Imobilizado
- III. Nota explicativa nº 16 – Receita operacional líquida.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Clientes – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c) Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº 9).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

d) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC).

Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

e) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente - a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

f) Provisões - são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

g) Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

h) Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

i) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes – nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – nota explicativa nº 20.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a

Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

k) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 87,0% do (87,0% em 2024) CDI.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	427	893
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	9.378	7.161
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	9.805	8.054

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.

5. Clientes

Descrição	2025	2024
Contas a receber de clientes	666	759
Consórcio Alsolar ⁽¹⁾	453	346
Total - Circulante	1.119	1.105

⁽¹⁾ O consórcio Alsolar que tem como líder a sua controladora Alsol, trata da execução de Usinas Fotovoltaicas

6. Adiantamento a Fornecedores

	2025	2024
Rede Rodrigues Moura Mat. de Construção	73	73
Total - Circulante	73	73

7. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	249	51
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	5	-
ISS a Recuperar	1	1
Tributos retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL) ⁽¹⁾	8	8
Total	263	60
Circulante	27	9
Não Circulante	236	51

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita de prestação de serviços	4.818	4.818	4.577	4.577
Alíquotas	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	1.542	1.542	1.465	1.465
Receita sobre aplicações financeiras	630	630	208	208
Outras receitas financeiras	183	183	-	-
Base de cálculo	813	813	208	208
Base de cálculo total	2.356	2.356	1.673	1.673
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(353)	(212)	(251)	(151)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(212)	-	(143)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(565)	(212)	(394)	(151)

9. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2024	Depreciação	Saldos em 2025
Em serviço				
Máquinas e Equipamentos	4,00%	14.543	-	14.543
Total do imobilizado em serviço		14.543	-	14.543
Depreciação acumulada				
Máquinas e Equipamentos		(2.112)	(582)	(2.694)
Total Depreciação acumulada		(2.112)	(582)	(2.694)
Subtotal Imobilizado		12.431	(582)	11.849
Imobilizado em curso		30	-	30
Total do Imobilizado		12.461	(582)	11.879

Imobilizado	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adições	Depreciação	Saldos em 2024
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,00%	14.543	-	-	14.543
Total em serviço		14.543	-	-	14.543
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.495)	-	(617)	(2.112)
Total depreciação		(1.495)	-	(617)	(2.112)
Subtotal Imobilizado		13.048	-	(617)	12.431
Imobilizado em curso		1	29	-	30
Total do Imobilizado		13.049	29	(617)	12.461

10. Intangível – Direito de uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso - Terrenos				
Custo	4,07%	369	-	369
Amortização Acumulada		(16)	(15)	(31)
Total Intangível – direito de uso		353	(15)	338

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso – Terrenos					
Custo	4.07%	394	(25)	-	369
Amortização Acumulada		(1)	-	(15)	(16)
Total Intangível – direito de uso		393	(25)	(15)	353

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das empresas:

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados	Saldo a receber	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	4.911	453	-
2025	4.911	453	-
2024	5.748	346	(8.663)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

12. Fornecedores

	2025	2024
Materiais	-	10
Serviços	21	22
Total - Circulante	21	32

13. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	367	-	(51)	47	363
Total			367	-	(51)	47	363
Circulante			45				23
Não circulante			322				340

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	393	-	(51)	25	367
Total			393	-	(51)	25	367
Circulante			47				45
Não circulante			346				322

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	14
2028	14
2029	14
2030	14
2031	14
Após 2031	270
Total	340

14. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	17	13
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	192	135
Contribuição social s/o lucro - CSLL	71	50
Total - circulante	280	198

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$17.414 (R\$8.751 em 2024) e está representado por 12.309.918 (3.647.000 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.663, mediante a emissão de 8.663 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social de R\$8.751 para R\$17.414.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista ALSOL., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

15.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

15.3 Reserva especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2025 é de R\$1.075 (R\$1.075 em 2024), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

15.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.000	2.865
Reserva legal	(200)	(143)
Lucro líquido ajustado	3.800	2.722
Dividendos obrigatórios (25%)	950	681
. Dividendos a pagar – R\$0,077168145 (R\$0,1865877296 em 2024) por ação ordinária	950	681
. Dividendos adicionais propostos –R\$0,231504434 (R\$0,559763183 em 2024) por ação ordinária ⁽¹⁾	2.850	2.041
Total dos dividendos	3.800	2.722
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

16. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	4.818	4.577
Deduções à receita operacional		
PIS	(31)	(30)
COFINS	(145)	(137)
Total das deduções à receita operacional	(176)	(167)
Receita operacional líquida	4.642	4.410

17. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Serviços de terceiros	-	-	-	59
Depreciação e amortização	582	15	597	632
Material	6	-	6	41
Outras	63	(16)	47	73
Total	651	(1)	650	805

18. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	865	208
Total receita financeira	865	208
Juros pagos	-	(1)
Despesas Bancárias	(31)	(38)
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	-	(153)
Encargos de dívidas – juros	-	(162)
Outras despesas financeiras	(49)	(43)
Total despesa financeira	(80)	(397)
Despesas financeiras líquidas	785	(189)

19. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro do exercício	4.000	2.865
Média ponderada das ações	9.422	3.098
Lucro básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,42	0,92

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	9.805	9.805	8.054	8.054
Clientes	1.119	1.119	1.105	1.105
	10.924	10.924	9.159	9.159

	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Contábil
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	21	21	32	32
Arrendamentos Operacionais	363	363	367	367
	384	384	399	399

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da controladora Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Consolidado						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	21	-	-	-	-	21
Total	-	21	-	-	-	-	21

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de sistema fotovoltaico, prestação de serviços e locação, sendo esse risco administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4	9.805	8.054
Clientes	5	1.119	1.105

21. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

22. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	2025	2024
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	8.663	1.647
